

ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Gabriela Macedo Ferreira

Juíza federal, graduada pela Universidade Federal da Bahia, especialista em Direito Processual Civil pela Juspodivm.

Resumo

O Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 304, consagra importante novidade, a estabilização da tutela antecipada de urgência, técnica de monitorização genérica na qual uma decisão proferida com base em cognição sumária torna-se estável ao não ser impugnada. Essa nova técnica caminha no sentido da atualização do processo civil, ao dar uma opção efetiva de “tutela dos direitos” que não passa necessariamente por todo o caminho longo, e por vezes caro, do processo ordinário de conhecimento. Fixadas essas premissas, sustenta-se a constitucionalidade da estabilização da tutela antecipada, a fixação de um regime jurídico que lhe atribua máxima efetividade, admitindo-se, inclusi-

Abstract

The Civil Procedure Code of 2015 in its article. 304, enshrines important novelty, the stabilization of injunctive relief of urgency, general monitoring technique in which a decision given based on summary cognition becomes stable when not being contested. This new technique moving towards updating the civil process, to give an effective option of “protection of rights” that do not necessarily go through all the way long, and sometimes expensive, of the ordinary process of knowledge. Established these premises, it holds up the constitutionality of stabilization of injunctive relief, setting a legal framework to give you maximum effectiveness, admitting even the

ve, a estabilização da antecipação parcial de tutela, a isenção do pagamento de custas e redução de honorários para o réu que não recorre, a adoção de interpretação restritiva quanto aos seus requisitos e procedimento e a não incidência de qualificação análoga ao da coisa julgada à decisão estabilizada definitivamente, após o decurso do prazo de dois anos, pois não são equivalentes os efeitos do procedimento comum cuja cognição é ampla – com exercício efetivo do contraditório e possibilidade de extensa produção probatória – e os efeitos do procedimento sumário da tutela provisória, sob a ótica do direito ao processo justo no Estado constitucional.

Palavras-chave: Tutela provisória – Tutela de urgência – Tutela requerida em caráter antecedente – Monitorização genérica – Tutela dos direitos – Efetividade – Coisa julgada – Estado constitucional.

stabilization of the partial early relief, exemption from payment of costs and reduction fees for the defendant who does not use, the adoption of restrictive interpretation as to their requirements and procedure and not subject to similar qualification to the *res judicata* to the stabilized decision definitively after the lapse of two years, since the effects are not equivalent to the common procedure whose cognition is wide – with effective adversarial exercise and the possibility of extensive evidentiary production – and the effects of summary procedure of interim protection from the perspective of the right to due process in the constitutional state.

Keywords: Interim protection – Protection of urgency – Protection required in character foregoing – Generic monitoring – Protection of rights – Effectiveness – *Res judicata* – Constitutional state.

1 Introdução

A longa duração dos processos foi uma preocupação constante das últimas reformas legislativa ante a redução da efetividade das decisões judiciais. Para enfrentar essa questão, tornou-se necessário refletir sobre a quebra do modelo neutro e único de processo de cognição plena e admitir a criação de técnicas processuais diferenciadas, a exemplo da sumarização de procedimentos que, de um lado, mitigam o contraditório e, de outro, amenizam os efeitos do tempo no processo civil como é o caso da antecipação dos efeitos da tutela e da ação monitoria.

Avançando no tema e inspirados nos ordenamentos jurídicos francês e italiano, o novo Código de Processo Civil introduziu no sistema processual brasileiro a “estabilização da tutela de urgência antecipada”, técnica de monitorização genérica que torna estável a

tutela satisfativa em procedimento antecipatório, quando não interposto o respectivo recurso. Por meio dessa técnica, desvincula-se a instrumentalidade obrigatória entre a cognição sumária e a cognição exauriente, dando a tutela provisória autonomia para proteção do direito material.

Diversas questões, contudo, despontam acerca da nova técnica processual: seria ele compatível com o processo constitucional brasileiro; qual seu procedimento; haveria estabilização da tutela concedida parcialmente; a extinção do processo decorrente da estabilização da tutela provisória resolveria o mérito da demanda; aplicar-se-ia o regramento da coisa julgada à estabilização definitiva da tutela antecipada após o decurso do prazo de dois anos para revisão, reforma ou invalidação da decisão antecipatória; seria cabível a utilização do regime da execução definitiva.

O exame do novo texto legal revela-se árduo, pois inexistente produção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema, e, mais do que isto, não há ainda aplicação prática do novo instituto no foro. Após seis meses de vigência do novo código, me parece que poucos advogados se aventuraram no uso dessa nova técnica¹.

O presente artigo não tem a pretensão de já enfrentar todas essas questões tormentosas, mas de despertar a curiosidade do leitor acerca dessa nova técnica cujo potencial voltado à efetividade da “tutela dos direitos” pode ser apagado pelo desconhecimento e receio do novo.

2 Tutela definitiva e tutela provisória

Antes de adentrar o tema e suas questões controvertidas, importante fazer uma rápida digressão a algumas noções preliminares da tutela definitiva e provisória.

¹ No juízo em que atuo como magistrada apenas duas ações denominadas de “tutela antecipada antecedente” foram ajuizadas e ambas de modo equivocado. A primeira ação foi ajuizada, em caráter incidental, com o pedido final já deduzido e sem pedido expresso de estabilização; a segunda, em hipótese na qual o pedido tem natureza cautelar e não antecipatória.

A tutela definitiva é aquela obtida com base em cognição exauriente, após vasta produção probatória, contraditório efetivo e ampla defesa, respeitando o devido processo legal, podendo ser satisfativa ou cautelar. A primeira busca certificar ou efetivar o direito material com a entrega do bem da vida almejado e seu procedimento pode ser tão demorado que coloca em risco a própria realização do direito afirmado; a segunda visa conservar o direito pleiteado, neutralizando os efeitos maléficos do tempo.

A tutela provisória é a tutela que se pretende definitiva, todavia, concedida após mera cognição sumária²; podendo também ser satisfativa ou cautelar. Trata-se de importante técnica processual cuja finalidade é minorar os efeitos perniciosos do tempo sobre o processo, permitindo o gozo antecipado e imediato dos efeitos próprios da tutela definitiva pretendida³.

O Código de Processo Civil de 2015 deu à] chamada “tutela provisória” tratamento bastante diferente do que fora adotado no Código de Processo Civil de 1973, dedicando-lhe o livro V da sua parte geral e subdividindo-o em três títulos: disposições gerais, tutela de urgência e tutela de evidência. A tutela provisória de urgência tem por fundamento a existência de um perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, podendo ser antecipada (satisfativa) ou cautelar; e requerida em caráter antecedente – também novidade do novo código – ou incidente⁴.

² A leitura da tutela jurisdicional provisória compatibiliza-se com o modelo democrático do Estado Constitucional em que a preocupação do Poder Judiciário deve voltar-se aos atores da relação de direito material (GOMES, Frederico Augusto; RUDINIKI NETO, Rogério. *Estabilização da tutela de urgência: algumas questões controvertidas*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 167).

³ DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 561-562.

⁴ “A falta de diferenciação expressa, no caso, não parece ter sido a melhor opção (...) a doutrina majoritária tem defendido que os requisitos da tutela antecipada

A tutela provisória de evidência é a proteção especial que se confere àquelas situações em que a probabilidade da parte requerente estar com a razão é tão alta que se evita imputar-lhe sozinha todo o ônus da demora do processo, permitindo-lhe de logo o gozo do bem da vida almejado; somente poderá ser requerida em caráter incidente (art. 294, parágrafo único, CPC). De acordo com o art. 311 do novo CPC, pode ser punitiva, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte ou documentada, quando há prova documental das alegações de fato da parte e a probabilidade de acolhimento da pretensão processual.

A evidência não é um tipo de tutela jurisdicional, mas fato jurídico processual que autoriza a concessão de uma tutela jurisdicional, por meio de uma técnica processual diferenciada, servindo também às tutelas definitivas. A técnica da tutela de evidência não é propriamente uma novidade – embora a designação seja inédita –, já estando prevista no CPC-73 nos procedimentos especiais da ação possessória, embargos de terceiro e da ação monitória e no caso do manifesto propósito protelatório do réu, sendo inéditas apenas as hipóteses dos incisos II e IV do CPC-15: i) quando há tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou súmula vinculante; ii) a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

A tutela de urgência é tratada no título II do novo código, em três capítulos, dedicados respectivamente às disposições gerais; à tutela antecipada antecedente e à tutela cautelar antecedente. Embora não sejam previstas distinções quanto aos requisitos positivos exigidos para concessão da tutela cautelar e satisfativa – exige-se,

satisfativa devem ser mais rigorosos do que os da tutela cautelar. Isso, fundamentalmente, por que o caráter satisfativo como regra implica maior risco na sua concessão” (ASSIS, Carlos Augusto de. *Reflexões sobre os Novos Rumos da tutela de urgência e da evidência no Brasil a partir da Lei 13.105-2015*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 51).

em qualquer caso, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo –, o código adotou procedimentos diversos para cada uma delas quando elas forem requeridas em caráter antecedente. Se a tutela requerida for provisória satisfativa (“antecipada”), é preciso indicar o pedido de tutela definitiva (“final”), com exposição sumária da causa de pedir, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou de ilícito, ou ainda do risco ao resultado útil do processo; se a tutela requerida for provisória cautelar, é necessário expor provisoriamente a causa de pedir, o direito que será objeto do pedido de tutela definitiva e o perigo de dano ou de ilícito (art. 305, CPC)⁵. Uma das grandes novidades trazidas à baila na temática da tutela provisória, contudo, só é aplicável à tutela provisória satisfativa: cuida-se da técnica de estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, cujo conceito e questões controvertidas serão tratadas em seguida.

3 Estabilização da tutela antecipada: conceito, constitucionalidade e origem

A estabilização da tutela de urgência satisfativa é técnica de monitorização do processo civil brasileiro, generalizada para situações de urgência e para a tutela provisória satisfativa. Aplica-se quando a tutela é concedida em caráter antecedente e não é impugnada pelo réu, litisconsorte ou assistente simples, por recurso, hipótese em que o processo será extinto e a decisão antecipatória continuará produzindo efeitos, estabilizando-se.

Não exclui o contraditório, mas o torna eventual e possibilita à defesa do demandado se transmutar em causa de pedir de uma

⁵ “Há na nova disciplina dois pontos inequivocamente positivos: a unificação de regimes para as tutelas antecipatória e cautelar e a possibilidade de que a tutela urgente e a tutela principal sejam pleiteadas e concedidas em um único processo” (TALAMINI, Eduardo. Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro. *Revista de Processo*, n. 209, p. 32).

ação nova de cognição exauriente, desestimulando o réu vencido na primeira demanda a prosseguir com a ação em casos meramente procrastinatórios. Não há resolução de mérito quanto ao pedido definitivo. A adoção do contraditório eventual e da estabilização da tutela antecipada fortalece o devido processo legal e a garantia constitucional da duração razoável do processo, assegurando um processo justo, adequado e tempestivo.

Segundo Gustavo Bohrer Paim, a previsão é constitucional por proporcionar igualdade material às partes, repartindo o ônus do tempo entre elas e propiciando um processo de resultados⁶. Há fortes indicativos de que esse novo modelo procedimental desestime o prolongamento estéril de discussões temerárias e permita a abreviação de contendas jurisdicionais, propiciando ao autor a obtenção do bem da vida de maneira antecipada no tempo⁷.

A técnica de estabilização da tutela antecipada encontra forte inspiração no direito comparado, cujo exemplo mais sólido é o instituto denominado *refere*, no direito francês.

Nos termos do art. 484 do novo Código de Processo Civil francês, o *référé* é um procedimento sumário, em contraditório, perante juízo monocrático distinto do condutor do processo principal, que pode ser instaurado de forma antecedente ou incidental, e resulta em um provimento de ordem, que não pode ser suspenso em nenhum caso, sem rígida instrumentalidade com o processo de cognição plena. A existência de um processo de mérito em curso não é pressuposto para sua concessão; ocorrências no eventual processo de fundo não o afeta e a extinção do processo de mérito não gera, a princípio, a sua extinção. Trata-se de procedimento rápido e simplificado, despido de formalismos desnecessários: dispensa-se a constituição de advogado; cita-se o demandado para comparecer a uma audiência; o procedimento será concluído com uma decisão provisória que não tem autoridade de coisa julgada.

⁶ PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. p. 190.

⁷ PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Op. cit. p. 192.

Sobre o tema, explica Gustavo Bohrer Paim que o *juge dès référés* é dotado de um poder de ordenar imediatamente as tutelas necessárias, próprio da jurisdição do provisório, cuja eficácia não se equipara à autoridade da coisa julgada material. Isso por que existe sempre a possibilidade de se instaurar um processo de cognição plena, não havendo qualquer eficácia preclusiva na ordem de *référé*. Mas a ordem de *référé* não pode ser modificada em *référé*, exceto no caso de surgimento de circunstâncias novas.

O *référé* busca resolver o problema do perigo do decurso do tempo necessário para a resolução do processo de mérito e tem como função subsidiária evitá-lo, substituindo o procedimento e a decisão definitiva, sob uma lógica econômica de satisfação dos litigantes. Possui também uma função de polícia das situações manifestamente ilícitas, pois o fato de o juiz reconhecer como manifestamente ilícita determinada situação desestimula a parte perdedora de engajar o processo de mérito posteriormente⁸.

Esse instituto reflete o pragmatismo francês, em que há maior preocupação com a efetividade do que com as regras formais, atribuindo ao juiz maior participação e poder de criação, em verdadeiro ativismo judicial. O instituto é bastante eficaz, segundo *Cecile Chanaïs*, citado por Gustavo Bohrer Paim, pois o percentual de recurso das decisões do *référé* é ínfimo, assim como a discussão de fundo em uma nova ação⁹.

No direito italiano, há instituto similar, também inspirado no *référé* francês, previsto no Decreto Legislativo 5, de 17 de janeiro de 2003, acerca do processo societário. A referida lei estabelece que

⁸ PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Op. cit. p. 177.

⁹ No direito italiano também há instituto similar, inspirado no *référé* francês, previsto na Lei da competitividade, Lei n. 80, de 14 de maio de 2005, que generalizou o recurso ao modelo do provisório independente, acrescentando ao art. 669 *octies* do CPC um sexto parágrafo que estabeleceu a autonomia da decisão cautelar e antecipatória dos efeitos da tutela, tornando prescindível a propositura do processo de mérito, mas mantendo a instrumentalidade funcional pela possibilidade de o provimento antecipatório ser modificado no juízo de mérito (PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Op. cit. p. 178).

aos provimentos antecipatórios de urgência não se aplica o artigo 669-octies do Código de Processo Civil italiano, desobrigando a propositura de ação principal no prazo de 30 dias. Prevê ainda que se a ação principal não for proposta, a decisão antecipatória só poderá ser modificada a pedido das partes, se houver mudança nas circunstâncias. Assim, estabelece a autonomia da decisão antecipatória dos efeitos da tutela, tornando prescindível a propositura do processo de mérito¹⁰.

No direito brasileiro, a estabilização da tutela antecipada foi delineada, pela primeira vez, no Projeto de Lei nº 186/2005. Nele, foi prevista a possibilidade da tutela provisória satisfativa ser pleiteada em procedimento antecedente ou na pendência do processo, havendo estabilização dos seus efeitos caso preclusa, o réu não intentasse nova demanda exauriente ou requeresse prosseguimento da ação, no prazo, respectivamente, de 60 ou 30 dias, hipótese em que tal decisão adquiriria autoridade de coisa julgada¹¹. O referido Projeto de Lei, contudo, não foi adiante.

Posteriormente, por meio do ato nº 379/2009 do Presidente do Senado Federal, constituiu-se a comissão de juristas que elaborou o projeto de Lei n. 166/2010, aprovado naquela casa legislativa em 15 de dezembro de 2010. Seu artigo nº 280 estabelecia que, no mandado de citação da tutela provisória requerida de forma antecedente, haveria a advertência de “não impugnada a decisão ou medida liminar eventualmente concedida, ela continuaria a produzir efeitos independentemente da formulação de pedido principal pelo autor”. Para Gustavo Bohrer Paim¹², havia nessa regulamentação certo acanhamento do instituto, argumentando que uma simples contestação ou impugnação por qualquer meio cessaria a eficácia da medida concedida em caráter antecedente.

¹⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. Tutela Jurisdicional diferenciada: a antecipação e sua estabilização. *Revista de Processo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 30, n. 121, p. 32, mar. 2015.

¹¹ PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Op. cit. p. 159.

¹² PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Op. cit. p. 162.

Em março de 2015, o Projeto de Lei nº 166/2010 aprovado em ambas as casas foi sancionado pela presidência da república, inserindo definitivamente o instituto da estabilização da tutela de urgência no Direito Processual Civil brasileiro.

4 Pressupostos e procedimento e questões controvertidas da estabilização da tutela antecipada

A leitura dos artigos 303 e 304 do Código de Processo Civil permite identificar quatro condições cumulativas para o cabimento da técnica de estabilização da tutela provisória: (i) deferimento do pedido de tutela antecipada, requerido em caráter antecedente; (ii) pedido expresso do autor – afinal, a estabilização constitui um benefício, não podendo ser aplicado contra a sua vontade – que só fará jus se pedir a tutela satisfativa e apenas indicar o pedido de tutela final¹³; (iii) decisão concedida liminarmente inaudita altera parte; (iv) não interposição do recurso cabível¹⁴.

Embora a lei trate da estabilização quando “não for interposto o respectivo recurso”, alguns processualistas interpretam que qualquer manifestação do réu no primeiro grau de jurisdição impede a estabilização da tutela antecipada, produzindo o mesmo efeito que a interposição do agravo de instrumento. Sob essa ótica, a revelia seria pressuposto da estabilização, ou seja, se o réu não apresenta recurso, mas apresenta contestação, a tutela antecipada não se estabiliza.

¹³ Leonardo Greco critica a opção do legislador do NCPC por não adotar a estabilização da tutela antecedente independentemente da formulação do pedido ou da tutela principal, como alguns ordenamentos europeus estabeleceram. (*Desvendando o novo CPC* – Darci Guimarães Ribeiro, Marco Félix Jobim (org.); Alexandre Freitas Câmara et al. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015. p. 116).

¹⁴ SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze Problemas e onze soluções quanto à chamada “Estabilização da Tutela Antecipada”*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. – Salvador: Juspodivm, 2015, p. 180.

Esse é o posicionamento de Heitor Sica e Eduardo Talamini, para os quais a defesa, munida de elementos de convicção relevantes e convincentes, desmentindo a tese do autor, afasta a extinção do feito e a estabilização da tutela sumária, pois o artigo 304 do NCPC estabelece que, ao apreciar os atos para proferir a decisão extintiva, o juiz pode revogar ou modificar a decisão com base no novo cenário fático probatório apresentado. A redação literal do artigo 304 é objeto de crítica pelos autores, sob o argumento de que essa opção vai de encontro ao esforço empregado pelo próprio Código de 2015 para evitar a recorribilidade direta das decisões interlocutórias, já que passa a compelir o réu a recorrer para evitar a estabilização. Sob a égide do Código de 1973, o réu poderia não recorrer da decisão liminar e se limitar a apresentar defesa com documentos, requerendo que o próprio magistrado revogasse a medida¹⁵.

Para Fredie Didier Jr., a revelia não é pressuposto da estabilização. Explica o autor que o prazo de defesa se inicia da audiência de conciliação ou do pedido de cancelamento desta, demorando mais para ser deflagrado do que o prazo para recurso; assim, o art. 304 não exige que se espere tanto para que se configure a inércia do réu apta a ensejar a estabilização. Se, no prazo do recurso, o réu não o interpõe, mas resolve antecipar a apresentação de sua defesa, fica afastada a sua inércia, impedindo-se a estabilização. Afinal, não se pode negar ao réu o direito a uma prestação jurisdicional de mérito definitiva¹⁶.

Em sentido contrário, Dierle Nunes e Érico Andrade entendem que a contestação apresentada no prazo do recurso não gera o mesmo efeito de impedir a estabilização da tutela antecipada, seja por que a opção amplia a possibilidade de estabilização atribuindo mais eficácia ao instituto, seja por que o legislador adotou posição

¹⁵ SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze Problemas e onze soluções quanto à chamada "Estabilização da Tutela Antecipada"*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 180.

¹⁶ DIDIER Jr., Fredie. Curso de Direito Processual Civil, op. cit. p. 608-609.

expressa no sentido de optar pelo recurso como meio para impedir a estabilização – as versões anteriores do projeto de lei do NCPC utilizavam termo mais abrangente qual seja “impugnação”, o que também indica a finalidade restritiva do legislador na versão final¹⁷.

A posição de Fredie Didier Jr. parece a mais adequada: de um lado, aumenta a eficácia da nova técnica ao fixar o prazo do recurso para impugnação da tutela antecipada e afastamento da estabilização, e de outro, valoriza a reação do réu dispensando formalismos excessivos e desestimulando o uso de recursos.

Quanto ao procedimento, o art. 303, § 1º, do CPC, estabelece que, concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial, ampliando sua argumentação e procedendo a juntada de novos documentos e a complementação do pedido de tutela final, em 15 dias ou outro prazo que o juiz conceder.

A meu ver, não faz sentido exigir do autor que adite a petição inicial para formular o pedido final antes de saber se foi interposto recurso contra a decisão antecipatória e se ela se estabilizou, hipótese em que o pedido de tutela final restará prejudicado¹⁸. A opção lógica seria exigir que a complementação fosse feita apenas se o réu interpusse recurso contra a decisão concessiva de tutela e, portanto, evitasse sua estabilização. Por isso, o prazo deveria ser deflagrado a partir da intimação do autor para tomar ciência da interposição de recurso pelo réu. Trata-se de interpretação que simplifica o uso da nova técnica e aumenta sua eficácia¹⁹.

¹⁷ ANDRADE, Érico. NUNES, Diele. *Os contornos da estabilização da Tutela Provisória de Urgência Antecipatória no Novo CPC e o Mistério da ausência da formação da coisa julgada. Novo CPC doutrina selecionada*, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buriel de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 75-76.

¹⁸ Em sentido contrário, proposta apresentada no grupo “Tutela antecipada” do VI encontro do Fórum de processualistas em Curitiba: “O prazo de aditamento nas tutelas de urgência contemporâneas à propositura da demanda terá por marco inicial a intimação da decisão que concede a tutela.”

¹⁹ SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze problemas e onze soluções quanto a chamada “Estabilização da Tutela Antecipada”*. Op. cit. p. 183. O doutrinador ainda levanta outra questão: se o autor não tiver argumentos para complementar, tampouco do-

É necessário refletir também sobre a possibilidade de estabilização da antecipação parcial da tutela. A redação do art. 304 do novo CPC parece ser no sentido de que a estabilização da tutela antecipada gera extinção do processo, admitindo, a princípio, apenas a estabilização na hipótese em que a antecipação da tutela for total. A despeito disso, alguns doutrinadores como Heitor Vitor Mendonça Sica²⁰ e Eduardo Talamini²¹ entendem não haver óbice à estabilização parcial, que geraria a redução do objeto litigioso submetido à cognição exauriente. Defendem ainda a estabilização na hipótese em que há recurso parcial, gerando a estabilização da demanda nos limites da matéria não atacada no recurso. Ressaltam, contudo, a hipótese de acolhimento do pedido subsidiário de tutela antecipada^{22,23}.

Se, por um lado, admitir a estabilização parcial ampliaria a aplicabilidade da nova técnica e reduziria o objeto litigioso, por outro geraria uma instabilidade parcial na resolução do litígio, pois parte da demanda ficaria acobertada pela coisa julgada, mas a parcela estabilizada poderia ser objeto de ação de revisão no prazo de dois anos. Assim, se a demanda vai prosseguir, melhor que sejam

cumentos adicionais a juntar, o descumprimento do comando legal que lhe impõe o dever de aditar a inicial não poderá lhe causar qualquer consequência. Apesar do dispositivo falar em “dever”, a interpretação mais razoável impõe que seja uma mera faculdade do autor.

²⁰ SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze problemas e onze soluções quanto a chamada “Estabilização da Tutela Antecipada”*. Op. cit., p. 189.

²¹ TALAMINI, Eduardo. *Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro*. Op. cit., p. 29-30.

²² No mesmo sentido foi lançada proposta de enunciado no grupo “tutela provisória”, no VI encontro do Fórum de Processualistas Cíveis em Curitiba, não levada à reunião em plenário para aprovação ante a necessidade de amadurecimento da discussão: “A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente poderá ser parcial, quando só houver impugnação de parte da decisão concessiva. **Justificativa.** A estabilização parcial é possível, na medida em que a impugnação à decisão capitulada pode ser parcial.”.

²³ Enunciado aprovado no VI encontro do Fórum de Processualistas Cíveis em Curitiba: “A decisão de extinção do processo, em razão da estabilização de tutela antecipada concedida em caráter antecedente, não resolve o mérito”.

resolvidas todas as questões conflituosas de forma definitiva. É possível que essa seja razão pela qual o legislador não tratou da estabilização da antecipação parcial, significando tal silêncio que ela não deve ser permitida.

Também deve ser enfrentada a questão relativa à condenação em verbas sucumbenciais na hipótese de estabilização da tutela antecipada, pois o novo Código de Processo Civil é omissivo no tema. Parte da doutrina já se manifestou no sentido de que o silêncio da lei impõe interpretação de que cabe a fixação de verbas sucumbências na sentença terminativa de estabilização da tutela haja vista a ausência de ressalva para essa hipótese²⁴. Em sentido contrário, há quem sustente, com razão, que é possível isentar do pagamento das custas e reduzir o valor dos honorários para o réu que não recorre da decisão antecipatória da tutela, por analogia ao art. 701, *caput*, e § 1º do CPC, referente à ação monitória. Afinal, essa técnica de sanção premial estimularia o réu a não recorrer dando efetividade ao instituto da estabilização, pois uma das vantagens do silêncio do réu, para o caso de estabilização, seria a diminuição do custo do processo²⁵.

Outra questão a ser enfrentada refere-se à estabilização da tutela antecedente e a formação da coisa julgada²⁶. A possibilidade

²⁴ SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze problemas e onze soluções quanto a chamada "Estabilização da Tutela Antecipada"*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Freddie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 191.

²⁵ Nesse sentido, posicionaram-se diversos participantes do grupo "Tutela Provisória", no encontro do Fórum de Processualista Cível em Curitiba, oportunidade em que foi formulado polêmico enunciado, não levado a plenário com base nos arts. 303; 304; 701, *caput* e § 1º do NCPC, nos seguintes termos: "O réu que não impugna a tutela antecipada, concedida nos termos do art. 303, permitindo sua estabilização, não pagará custas e só arcará com cinco por cento de honorários sucumbenciais, por analogia ao art. 701, *caput* e § 1º, CPC. **Justificativa.** Uma das vantagens do silêncio do réu, para o caso de estabilização, é a diminuição do 'custo do processo. Isso é possível com a aplicação analógica do modelo da ação monitória (arts. 700 a 702, CPC), já que a estabilização é técnica de monitorização do processo."

²⁶ A coisa julgada material é a imutabilidade da norma jurídica concreta exposta na parte dispositiva de uma decisão judicial de mérito calcada em cognição exauriente da qual não caiba mais recurso. A solução dada pelo magistrado à questão

de revisar, reformar e invalidar a tutela estabilizada, por meio da propositura da ação exauriente, no prazo de dois anos, contados da ciência da decisão que extingue o processo, está prevista no art. 303, § 5º, do CPC. O legislador aplica nesse caso a técnica da inversão da iniciativa para o debate, a qual se baseia na realização eventual do contraditório por iniciativa do interessado (contraditório eventual)²⁷.

Para Fredie Didier Jr., a estabilização da tutela satisfativa antecedente não se confunde com a coisa julgada. Essa é uma estabilidade distinta da coisa julgada, embora também com eficácia para fora do processo, pelos seguintes motivos: não se pode dizer que houve julgamento ou declaração suficiente para a coisa julgada; após o decurso de dois anos, os efeitos da decisão antecipatória concedida são estabilizados, já a coisa julgada recai sobre o conteúdo da decisão, não seus efeitos; não houve reconhecimento judicial do direito do autor, logo, o autor não pode extrair da estabilização uma espécie de efeito positivo da coisa julgada; não cabe ação rescisória da decisão que concede a tutela provisória; por expressa previsão legal, a coisa julgada não se estende a questão prejudicial incidental em caso de revelia.

Na mesma linha, Heitor Vitor Mendonça Sica defende que passados dois anos da decisão extintiva do feito é produzida uma estabilidade qualificada que não se confunde com a coisa julgada. Embora a decisão não possa ser alterada, não se confunde com a imutabilidade pela ausência da eficácia positiva da coisa julgada, de modo que a decisão não será necessariamente observada em processos futuros entre as mesmas partes, interpretação que se inspira na comma 9 do art. 669-octies do CPC italiano. Para o autor parece

principal – e, a partir do novo código, até a questão incidental, se preenchidos determinados requisitos – torna-se imutável no âmbito do mesmo processo em que se proferiu a decisão judicial, como também fora dele, vinculando as partes e os juízes de qualquer demanda (DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil, op. cit. p. 513).

²⁷ MITIDIERO, Daniel. *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. Op. cit. p. 789.

mais razoável sustentar que a explicação para esse fenômeno se encontra no instituto da decadência, assim como ocorre com a ação rescisória, do que no instituto da coisa julgada²⁸.

A questão é bem exposta também por Marinoni, Arenhart e Mitidiero quando questionam a legitimidade constitucional da equiparação dos efeitos do procedimento comum – realizado em contraditório, com ampla defesa e direito a prova – com os efeitos de um procedimento sumário do ponto de vista formal e material. A reflexão é suscitada sob a ótica da função do processo civil no Estado constitucional cuja finalidade é a obtenção de uma decisão justa, impondo a necessidade de construção de procedimentos orientados à sua busca e impedindo a atribuição de caráter constitucional a formação de coisa julgada na tutela antecipada requerida de forma antecedente após o decurso do prazo de dois anos sem o ajuizamento da ação principal. Trata-se de decorrência extraída da eficácia bloqueadora do direito fundamental ao processo justo. Sobre o tema, transcreve-se a conclusão dos autores:

Isso quer dizer que a estabilização da tutela antecipada antecedente não pode lograr a autoridade de coisa julgada – que é peculiar aos procedimentos de cognição exauriente. Passado o prazo de dois anos, continua sendo possível o exaurimento da cognição até que os prazos previstos no direito material para a estabilização das situações jurídicas atuem sobre a esfera jurídica das partes (por exemplo, a prescrição, a decadência e a *supressio*).²⁹

Seguindo essa linha de raciocínio, após a extinção do processo antecedente de tutela provisória, o prazo prescricional da pretensão de exigência do direito voltaria a correr. Desse modo, embora não

²⁸ SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze problemas e onze soluções quanto a chamada “Estabilização da Tutela Antecipada*. Op. cit., p. 187.

²⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. *Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*, volume II/Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015 – (Curso de Processo Civil; v. 2). p. 218.

fosse cabível a alegação de coisa julgada para impedir a rediscussão da matéria, a prescrição, a decadência do direito e a *supressio* teriam, sim, eficácia impeditiva da apreciação do mérito da causa na ação exauriente³⁰.

Em sentido contrário, Leonardo Greco sustenta que após transcorrido o prazo de dois anos da intimação da tutela satisfativa estabilizada, haverá a decadência do direito de propor a ação revocatória, sobrevivendo efetivamente a coisa julgada³¹.

Tantas outras questões ainda devem ser enfrentadas pela doutrina tais como a sujeição da sentença extintiva de estabilização da tutela à remessa necessária; sua aplicação à ação rescisória e ao processo coletivo; a possibilidade de estabilização quando houver citação ficta ou o réu for incapaz³²; os efeitos do recurso interposto pelo litisconsorte com defesa comum ou pelo assistente simples³³; e os limites da aplicação do instituto à Fazenda Pública³⁴.

³⁰ Nesse sentido: TALAMINI, Eduardo. *Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil*: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro. Op. cit., p. 28.

³¹ GRECO, Leonardo. *Desvendando o novo CPC*. Op. cit., p. 119. Na mesma linha, o anterior projeto de lei do Senado Federal (PLS 186-2005) pretendia atribuir a autoridade da coisa julgada material à decisão concessiva da medida urgente, quando estabilizada.

³² Sobre o tema foi proposto enunciado no VI encontro do Fórum de Processualistas Cíveis em Curitiba, não aprovado em plenário: “A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente não ocorrerá se o réu inerte for incapaz sem representante legal (ou em conflito com ele), se for revel preso, ou se for citado fictamente”. Justificativa. Nesses casos, é necessária a nomeação de curador especial que tem dever de promover sua defesa, impugnando da decisão concessiva da tutela antecipada.

³³ Também acerca dessa discussão, foram apresentadas duas propostas de enunciados no VI encontro do Fórum de Processualistas Cíveis: “Proposta. A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente não ocorrerá se a tutela antecipada concedida em caráter antecedente for impugnada pelo litisconsorte passivo com defesa comum ou pelo assistente simples do réu”. “Proposta. (arts. 304; 121, parágrafo único; 122): A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente ocorrerá se a tutela antecipada concedida em caráter antecedente for impugnada pelo assistente simples, contrariando vontade expressa do réu assistido”.

³⁴ “Não é difícil prever que, tão logo em vigor o novo mecanismo, surgirá igualmente a tese de que ele não se aplica aos entes públicos. Foi o que se deu rela-

A doutrina e jurisprudência também terão de enfrentar o problema relativo à distinção entre a tutela cautelar e a tutela satisfativa para fins de estabilização. Como o projeto aprovado na câmara excluiu da estabilização a tutela cautelar³⁵, sepultou, nesse ponto, a opção do código de unificação dos procedimentos da tutela cautelar e satisfativa, trazendo novamente à tona discussões teóricas já superadas acerca de qual providência é satisfativa e, por conseguinte, sofrerá a estabilização e qual é cautelar e não poderá estabilizada, sob o fundamento de ser meramente cautelar³⁶.

Eduardo Talamini apresenta severas críticas ao instituto da estabilização da tutela antecipada. O autor vislumbra na novidade o risco da proliferação de desnecessários pedidos de tutela de urgência preparatória, em razão da expectativa de se obter a estabilização de efeitos em caso de inércia do réu, ainda que não exista a situação de perigo. Prevê também um maior rigor dos juízes na concessão de medidas urgentes por conta da preocupação de se estar emitindo uma decisão que pode estabilizar-se por tempo indeterminado. A seu ver, a adoção do instituto da estabilização seria muito mais razoável se vinculado a tutela de evidência ao invés da tutela de urgência em caráter preparatório, o que o aproximaria mais da ação monitória atual, tornando-a mais eficiente³⁷.

tivamente a ação monitória. O STJ veio a assentar o entendimento de que cabe o emprego da ação monitória em face da Fazenda Pública (Súmula 339 do STJ)" (TALAMINI, Eduardo. *Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil: a estabilização da medida urgente e a "monitorização" do processo civil brasileiro*. Op. cit., p. 26).

³⁵ No mesmo sentido dispõe o enunciado n. 420 aprovado no Fórum Permanente de Processualistas Cíveis em Vitória: "(art. 304) Não cabe estabilização da tutela cautelar."

³⁶ "A intransigente (e artificial) defesa da diferenciação entre as duas vias conduziu muitas vezes a resultados absurdos, com a denegação de medidas urgentes indispensáveis pela tão só circunstância de não haver sido pleiteada pela via reputada adequada (...) o projeto prevê um novo mecanismo, no âmbito das tutelas urgentes, que tende a ser fonte de novos problemas" (TALAMINI, Eduardo. *Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil: a estabilização da medida urgente e a "monitorização" do processo civil brasileiro*. Op. cit., p. 15).

³⁷ TALAMINI, Eduardo. *Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil: a estabilização da medida urgente e a "monitorização" do processo civil brasileiro*. Op. cit., p. 28.

Para muitos doutrinadores, contudo, a nova regulamentação representa efetivamente uma alternativa à morosidade e à complexidade do clássico processo de conhecimento de inspiração liberal³⁸, voltando-se para as exigências específicas do direito material, permitindo as partes optar pelo não ajuizamento de demandas plenárias, se assim for de seu interesse³⁹. Trata-se de repensar as estruturas do processo civil adequando-o às necessidades da “tutela dos direitos” e da jurisdição contemporânea, especialmente para se reconhecer que a coisa julgada material não é um atributo obrigatório de toda decisão judicial concessiva da tutela de urgência⁴⁰.

³⁸ Nesse sentido, Andre Luiz Bäuml Tesser (*Tutela cautelar e antecipação de tutela: perigo de dano e perigo de demora*. Andre Luiz Bäuml Tesser – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. Coleção o novo processo civil \ Diretor Luis Guilherme Marinoni: coordenadores Sergio Crus Arenhart e Daniel Mitidiero, p. 173-181), Luiz Guilherme Marinoni, segundo o qual a preocupação com a “tutela dos direitos” rompe com a relação entre satisfatividade e coisa julgada material, pois a efetividade da tutela não se relaciona com a coisa julgada; “não é essa que satisfaz, mas sim a tutela jurisdicional, que, para ser efetiva, em alguns casos, terá de ser prestada com base em cognição sumária.” (MARINONI, Luiz Guilherme. *Antecipação da tutela*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 127); Remo Caponi, para quem “em alguns casos, a definitividade da declaração judicial não é necessária para que a jurisdição atinja sua finalidade” (CAPONI, Remo. O princípio da proporcionalidade na justiça civil: primeiras notas sistemáticas. *Revista de Processo*, ano 36, n. 192 (fev. 2011). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 397).

³⁹ A necessidade de cognição exauriente e, por conseguinte, da formação da coisa julgada, em todo e qualquer processo parte da premissa equivocada de que é possível se alcançar, pela instrução probatória, um juízo de certeza verdadeiramente. Segundo Sérgio Cruz Arenhart, “permanecer cultuando a ilusão de que a decisão judicial está calcada na verdade dos fatos, gerando a falsa impressão de que o juiz se limita, no julgamento, a um simples silogismo, a um juízo de subsunção do fato à norma, é algo que não tem mais o menor respaldo, sendo mito que deve ser contestado”. (ARENHART, Sérgio Cruz. *A verdade e a prova no processo civil*. Disponível em: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/S%C3%A9rgio%20Cruz%20Arenhart\(2\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/S%C3%A9rgio%20Cruz%20Arenhart(2)%20-%20formatado.pdf)>. Acesso em: 24.12.2015).

⁴⁰ Andre Luiz Bäuml Tesser rebate as críticas feitas por Eduardo Talamini : quanto a primeira, de que não se buscará eliminar a situação de perigo mas abreviar o processo, basta que o Poder Judiciário não conceda a tutela de urgência e ainda aplique as punições por litigância de má-fé; quanto à segunda, no sentido de que os juízes serão mais rigorosos não faz sentido uma vez que os magistrados entenderão que o provimento somente será estabilizado em caso de conduta omissiva daquele que sofre a medida em não impugná-la (*Tutela cautelar e antecipação de tutela: perigo de dano e perigo de demora*. Andre Luiz Bäuml Tesser – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. Coleção o novo processo civil/Diretor Luis Guilherme Marinoni: coordenadores Sergio Crus Arenhart e Daniel Mitidiero. p. 180-181).

5 Conclusão

A estabilização da tutela de urgência, se conhecida e bem aplicada, pode contribuir para a qualidade da justiça ao permitir que a decisão provisória, concedida em prazos curtos e de forma imediatamente executiva, se torne definitiva, se as partes assim desejarem. Resta saber se na realidade brasileira, marcada pela cultura do litígio e do recurso, ela alcançará igual eficácia ao assistido no ordenamento estrangeiro. Para tanto, será interessante a adoção de interpretações analógicas que possibilitem a aplicação de sanções premiais como a redução dos honorários advocatícios e custas processuais previstas para a tutela monitória, o que ainda encontra resistência dos estudiosos de processo civil. Certo é que criada para desestimular a cultura do litígio infundado e meramente procrastinatório, essa nova técnica pode legitimar em maior escala a decisão dos juízes de primeiro grau e promover igualdade material ao repartir o ônus do curso tempo no processo entre as partes.

Referências

ANDRADE, Érico; NUNES, Diele. *Os contornos da estabilização da Tutela Provisória de Urgência Antecipatória no Novo CPC e o Mistério da ausência da formação da coisa julgada*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A verdade e a prova no processo civil*. Disponível em: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/S%C3%A9rgio%20Cruz%20Arenhart\(2\)%20-%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/S%C3%A9rgio%20Cruz%20Arenhart(2)%20-%20formatado.pdf)>. Acesso em: 24.12.2015.

ASSIS, Carlos Augusto de. *Reflexões sobre os Novos Rumos da tutela de urgência e da evidência no Brasil a partir da Lei 13.105-2015*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Estabilização das tutelas de urgência. Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*; coordenação Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes. São Paulo: DPJ, 2005.

CAMBI, Eduardo. Coisa julgada e cognição secundum eventum probationis. *Revista de Processo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 109, jan./mar. 2003.

_____; NEVES, Aline Regina da. *Acesso à justiça. Tutela Antecipada e Técnicas Processuais*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A efetivação ou execução da tutela antecipada em ações de busca condenatórias. *Revista Dialética de Direito Processual*, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 20, nov. 2014.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. A antecipação dos efeitos da tutela contra a fazenda pública. *Revista Autônoma de Processo*, n. 5. Doutrina. Atualidades. Pareceres. Direito Vivo Comentado.

Coordenadores: Arruda Alvim e Eduardo Arruda Alvim. Curitiba: Juruá, 2008.

DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo (coord.). *Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: de 01, 02 e 03 de maio de 2015*. Salvador: Juspodivm, 2015.

GOMES, Frederico Augusto; RUDINIKI NETO, Rogério. *Estabilização da tutela de urgência: algumas questões controvertidas*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

GRECO, Leonardo. *Desvendando o novo CPC*. Darci Guimarães Ribeiro, Marco Félix Jobim, (organizadores); Alexandre Freitas Câmara et al. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

_____. *A tutela de urgência e a tutela de evidência no Código de Processo Civil de 2015*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Tutela Jurisdicional diferenciada: a antecipação e sua estabilização. *Revista de Processo*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 30, n. 121, mar. 2015.

_____. Proposta de alteração ao Código de Processo Civil. Justificativa. *Revista de Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. v. 86.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino; MIRANDA, Gabriela Expósito Tenório. *Da tutela provisória: um Esboço de Conceituação e Classificação da antecipação dos efeitos da tutela, da Tutela Cautelar e da Tutela de Evidência*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório

– coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*, volume II; Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. (Curso de Processo Civil; v. 2.)

_____. *Antecipação da tutela*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____. *Efetividade do processo e tutela de urgência*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.

_____. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Tutela específica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

_____. Tutela inibitória: a tutela de prevenção do ilícito. *Revista de Direito Processual Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 1, n. 2, maio/ago. 1996 (BFD).

_____. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____; MITIDIERO, Daniel. O projeto do CPC – críticas e propostas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MITIDIERO, Daniel. *Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil*. Teresa Arruda Alvim Wambier et al., coordenadores. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MITIDIERO, Daniel. *Autonomia e estabilização da antecipação da tutela no novo Código de Processo Civil*: Disponível em: <http://www.rk-ladvocacia.com/arquivos/artigos/art_srt_arquivo20150331142307.pdf>. Acesso em: 07.01.2016.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *A antecipação da tutela jurisdicional na reforma do Código de Processo Civil*. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 21, n. 81, jan./mar. 1996.

PAIM, Gustavo Bohrer. *Estabilização da tutela antecipada*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

RICCI, Edoardo Flavio. *A tutela antecipatória brasileira vista por um italiano*. Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP. Disponível em: <<http://www.direitoprocessual.org.br/index.php?novo-cpc-2>>. Acesso em: 07.01.2015.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Doze Problemas e onze soluções quanto à chamada “Estabilização da Tutela Antecipada”*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

_____. A antecipação da tutela na recente reforma processual. In: TEIXEIRA, Salvio de Figueiredo. *Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.

TALAMINI, Eduardo. Tutela de urgência no projeto de novo Código de Processo Civil: a estabilização da medida urgente e a “monitorização” do processo civil brasileiro, *Revista de Processo*, n. 209.

TESSER, André Luiz Bäuml. *Tutela cautelar e antecipação de tutela: perigo de dano e perigo de demora*. Andre Luiz Bäuml Tesser. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. (Coleção o novo processo civil\Diretor Luis Guilherme Marinoni: coordenadores Sergio Crus Arenhart e Daniel Mitidiero.)

TESSER, André Luiz Bäuml. *As diferenças entre a Tutela Cautelar e a Antecipação de Tutela no CPC\2015*. Novo CPC doutrina selecionada, v. 4: Procedimentos especiais, Tutela provisória e Direito transitório – coordenador geral, Fredie Didier Jr.; organizadores, Lucas Buril de Macedo, Ravi Peixoto, Alexandre Freire. Salvador: Juspodivm, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto; ANDRADE, Érico. A autonomização e a estabilização da tutela de urgência no Projeto do Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, ano 37, nº 206, 2012.

_____. Tutela antecipada. Evolução. Visão comparatista. Direito brasileiro e direito europeu. *Revista de Processo*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 157, mar. 2008.